

A PREVENÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO SEXUAL: A IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA NA ABORDAGEM SOCIAL AOS ADOLESCENTES USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Eduarda Pedrotti Barbieri¹

Gilberto Ferreira da Silva²

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender a importância da educação sexual no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que recebe usuários adolescentes. Procura destacar através da abordagem social, estratégias de abordagem de diversas situações de risco, levando em consideração que são adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, onde a informação é precária. A experiência em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em uma instituição no centro de Porto Alegre, onde os dois estágios curriculares foram realizados, contribuiu para a construção deste trabalho. Este estudo se pautou pela perspectiva da pesquisa bibliográfica, estilo revisão de literatura. Foram realizadas buscas através dos descritores: adolescência, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, risco, prevenção e educação sexual, nas plataformas Google Acadêmico, CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Scielo. Após a análise dos materiais, concluímos que faltam análises que explorem de forma mais aprofundada o lugar que pode vir a ocupar o Assistente Social sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Observou-se a importância de como e o que tratar, quando se refere a educação sexual nas escolas. No campo de estágio mesmo, não havia atividades ou oficinas sobre esta pauta, apenas uma das educadoras de um dos grupos de adolescentes do serviço abordava esporadicamente o assunto. Esta ação serviu de inspiração para a construção de um projeto de intervenção acerca da educação sexual, entretanto neste trabalho, não consideramos porque a proposta de execução foi impedida pelo fenômeno das enchentes que assolou o estado do RGS, em maio de 2024.

Palavras-chave: Educação sexual; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; adolescentes.

Abstract

The aim of this article is to understand the importance of sex education in the Coexistence and Bond Strengthening Service, which receives adolescent users. It seeks to highlight, through the social approach, strategies for dealing with various risk situations, taking into account that these are adolescents in a situation of personal and social vulnerability, where information is precarious. The experience of working in a Service for Coexistence and Strengthening Bonds in an institution in the center of Porto Alegre, where the two curricular internships were carried out, contributed to the

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão II, sob a orientação do Prof. Gilberto Ferreira da Silva. E-mail: eduarda.202110272@unilasalle.edu.br

² Licenciado em Filosofia e Pedagogia. Mestre, Doutor e Pós-doutor em Educação. Professor dos cursos de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade La Salle. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI). Bolsista produtividade CNPq. E-mail: gilberto.silva@unilasalle.edu.br

construction of this work. This study was based on bibliographical research, in the style of a literature review. Searches were carried out using the following descriptors: adolescence, Service for Coexistence and Strengthening Links, risk, prevention and sex education, on the Google Scholar, CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) and Scielo platforms. After analyzing the materials, we concluded that there is a lack of analysis that explores in greater depth the place that the Social Worker can occupy in the Coexistence and Bond Strengthening Service. We observed the importance of how and what to deal with sex education in schools. In the internship field, there were no activities or workshops on this subject, only one of the educators in one of the service's adolescent groups sporadically addressed the issue. This action served as inspiration for the construction of an intervention project on sex education, but we didn't consider it in this work because the proposal was prevented from being implemented by the floods that hit the state of Rio Grande do Sul in May 2024.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo compreender a importância da educação sexual no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que recebe usuários adolescentes. Procura destacar através da abordagem social, estratégias de abordagem de diversas situações de risco, levando em consideração que são adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, onde a informação é precária. Após vivenciar a experiência nos estágios curriculares em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos localizado no centro de Porto Alegre, que atendia crianças e adolescentes, foi possível identificar que a educação sexual é muito precária, pouco abordada e não é tratada da forma como deveria ser, onde esses adolescentes não tinham acesso à informação correta e de qualidade. Através dessa demanda da instituição, que foi trazida à mim de maneira direta e pessoal, um projeto de intervenção foi elaborado com ações que visavam trazer informações corretas e ter um momento para falar da adolescência e todas as transformações que ela traz, os desafios, as mudanças, as emoções e sentimentos que essa fase causa. Entretanto, devido à enchente que assolou nosso estado, o projeto foi interrompido, deixando de realizar a abordagem aos adolescentes sobre essa temática tão importante e contributiva para a vida de todos os seres humanos, de todas as faixas etárias. Suplicy (1993, p. 22-23) afirma, sobre a educação sexual, “que ela começa no útero da mãe e só termina com a morte. É um processo ininterrupto, e é através dela que vamos formando a nossa opinião, desfazendo-nos de coisas que ficaram superadas dentro de nós e, ao mesmo tempo, transformando nosso pensamento”.

Ao contrário do que algumas pessoas pensam, falar sobre educação sexual não quer dizer incentivar o início da vida sexual ou ensinar a ter relações sexuais e sim, aprender sobre a consciência de nossos corpos, nosso pensamento, como sujeitos autônomos e pertencentes à uma sociedade, como nos constituímos enquanto seres humanos, além de ser uma grande ferramenta para a prevenção de situações de risco, mas ainda pode ser considerada como um grande tabu. A educação sexual é um conjunto de informações desenvolvidas de forma assistemática sobre a sexualidade, devendo ser considerada como um processo de transformação e mudança, que parte de um projeto coletivo e atinge os indivíduos em suas particularidades e individualidades, como afirma Lorencini Júnior (1997).

O estágio ocorreu no Instituto Providência, localizado no município de Porto Alegre/RS. A Instituição atende crianças e adolescentes, de 06 a 18 anos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e outros programas e projetos e conta com oficinas de gastronomia, música e dança, customização e informática e usa a Política de Assistência Social como norteadora, além do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em um consistente trabalho de proteção social.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS e tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos possui um caráter preventivo, pautado na defesa e na afirmação de direitos, e no desenvolvimento de capacidades dos usuários. O SCFV realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. (Brasil, 2019).

Em relação ao serviço social, entre as mais diversas contribuições acerca do tema, há o uso da educação sexual como ferramenta ao combate de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Assistentes sociais, em diferentes espaços de atuação profissional, têm uma contribuição importante na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, tanto em seu cotidiano de trabalho, com o atendimento de demandas da população, como na participação em movimentos sociais e fóruns pela proteção integral de crianças e adolescentes, bem como na inserção em espaços de controle social, como no caso dos conselhos nacionais, estaduais e municipais de direitos de crianças e adolescentes. (Conselho Federal de Serviço Social, 2023). Elaine Amazonas (2023), conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), destaca a importância da data alusiva ao combate da violência sexual, em reportagem feita pelo Conselho. “O 18 de maio é uma importante data, em que nós, assistentes sociais, reafirmamos o compromisso ético-político com a infância e a adolescência, que, em contexto de vulnerabilidade socioeconômica e retrocesso de

direitos, estão mais expostas à exploração sexual. A educação integral em gênero e sexualidade é um importante instrumento de informação e prevenção ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, sobretudo em uma sociedade adultocêntrica, racista, cisheteropatriarcal.”

Além dessa prevenção, podemos citar também outras pautas como trabalhar questões emocionais no desenvolvimento na adolescência, mudanças físicas que ocorrem nesta etapa da vida, a importância de ter acompanhamento médico com o hebiatra, tomar as vacinas de acordo com a idade indicada, como o HPV (PapilomaVírus Humano), conhecer as diversas IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e gravidez precoce, planejamento familiar para que não haja a reprodução da vulnerabilidade. Além de contribuir para a prevenção de situações de risco, destacamos que estes são direitos dos adolescentes.

Assim, o serviço social possui grande contribuição para a elaboração de projetos, programas e normas que visem levar a educação sexual aos usuários, de acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social, em seu Artigo 8º, que destaca como dever do assistente social o empenho na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, por meio da implementação e acompanhamento de programas e políticas sociais (Conselho Federal de Serviço Social, 1993).

Também deve se juntar a outras políticas públicas como a saúde, para a promoção integral dos direitos de crianças e adolescentes e reforçar a importância da intersetorialidade quando se trata de pautas que atingem a população jovem e que cada vez mais políticas devem ser elaboradas para a atenção a esses usuários.

2. Metodologia

Para a elaboração deste artigo, escolhemos como metodologia a revisão narrativa da literatura, que “é utilizada para descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual [...], a revisão narrativa possibilita a aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema em curto período de tempo” (Botelho et al., 2011, p. 125).

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. Essa metodologia tem um papel fundamental para a educação continuada pois, permitem ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo.

Foram utilizados 21 materiais para a construção deste trabalho, entre artigos, *ebook* e legislações, sem recortes ou delimitação de tempo, sendo encontrados 30 artigos que abordaram a temática da educação sexual, sendo apenas 2 os que continham o SCFV, adolescência e sexualidade. Para as buscas, o Google Acadêmico, CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior) e Scielo foram selecionadas e, a partir de palavras-chaves, adolescência, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, risco, prevenção e educação sexual, foram encontrados os artigos eleitos neste trabalho. Entretanto, na seleção dos materiais, houve exclusões e como critério, artigos que não condizem com a temática proposta, artigos em inglês, espanhol ou outro idioma foram dados como excluídos.

3. Referencial teórico

3.1 A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

A assistência social é uma política pública de seguridade social, sem caráter contributivo, organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ela oferece serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais destinados à população em situação de vulnerabilidade social. (Brasil, 2004).

O SUAS foi instituído pela Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004), com base na Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742/1993, que foi modificada em 2011 pela Lei nº 12.435. Essa regulamentação surgiu de um amplo debate nacional, integrado nas discussões da IV Conferência Nacional de Assistência Social, sendo aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social. (Brasil, 2004).

As ações da política de assistência social se organizam em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade. A PSB se configura como um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2011).

Busca organizar suas atividades para atender a essa demanda, implementando ações por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Esses centros, que funcionam como portas de entrada para as políticas públicas, são elementos fundamentais do SUAS, atuando diretamente nas comunidades e junto às famílias. Uma das ações oferecidas pelo CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). (Brasil, 2010).

Os SCFVs se constituem em grupos organizados a partir de percursos, conforme as especificidades dos ciclos de vida e as demandas territoriais e comunitárias. O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos possui um caráter preventivo, pautado na defesa e na afirmação de direitos, e no desenvolvimento de capacidades dos usuários. O SCFV realiza

atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. Pressupõe a compreensão dos vínculos e da convivência como atributos da condição e da vida humana, que se estabelecem a partir do momento que os sujeitos de direitos se relacionam. Assim, os vínculos se estendem a diferentes territórios vividos, tais como o âmbito familiar, os serviços públicos, e outros locais nos quais as relações sociais se fortalecem ou se fragilizam (Brasil, 2010).

Os encontros dos grupos do SCFV devem criar oportunidades para que os usuários vivenciem as experiências anteriormente mencionadas. Isso pode ser efetivado mediante variadas ações. Entre elas, as oficinas, que consistem na realização de atividades de esporte, lazer, arte e cultura no âmbito do grupo do SCFV. Essas atividades podem ser resultado, inclusive, de articulações intersetoriais no âmbito municipal. Porém, vale destacar que as oficinas, bem como as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento do percurso, os temas transversais e os objetivos a serem alcançados nos grupos (Brasil, 2016, p. 16).

Diante disso, não há nenhuma introdução dentro da Proteção Social Básica que vise a abordagem de forma exigida da temática sobre educação sexual. O SCFV prevê aos adolescentes de 15 a 17 anos, fortalecer a convivência familiar e comunitária e contribuir para o retorno ou a permanência dos adolescentes na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. (Brasil, 2017). Entretanto, é fundamental que as equipes integrem ao plano de atendimento dos usuários, para que as educadoras sociais possam trabalhar com seus grupos.

No campo de estágio, apenas uma das educadoras que era referência do “grupo D”, onde participavam adolescentes de 11 a 13 anos, trazia essa abordagem esporadicamente aos seus usuários, se guiando através de um livro. A ideia de abordar a educação sexual no campo através do projeto de intervenção, se deu a partir desses adolescentes trazerem essa demanda a mim pessoalmente, onde foi descoberto que a educadora abordava essa temática com seus educandos. O projeto foi de grande aceitação e entusiasmo entre as coordenadoras e as educadoras sociais, pois não tinham força de trabalho para elaborar projetos que trouxessem essa temática.

A instituição deveria seguir os passos da educadora e tornar essa discussão ampla para os demais adolescentes frequentadores do serviço, como foi tentado executar, incluindo a faixa etária de 12 a 17 anos, a fim de levar informação correta e orientação de qualidade, na tentativa de promover a autonomia, cidadania e autoconhecimento dos sujeitos.

Infográfico 1: Linha do tempo sobre a política de assistência social no Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 A questão social e o perfil dos usuários frequentadores do serviço no campo de estágio

A questão social é o objeto de trabalho dos (as) assistentes sociais, sendo um elemento fundamental para compreender a profissão na sociedade burguesa. É por meio dela que é possível que o assistente social interprete os processos sociais no qual estão inseridos os sujeitos para posterior intervenção. Iamamoto, 2008, p. 77 define:

A Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

A questão social foi, por muitos anos, compreendida enquanto caso de polícia, desajustamento, sendo que havia a culpabilização das famílias em situação de vulnerabilidade social pela sua própria condição. Essa lógica é produto da ideologia liberal clássica e da perspectiva funcionalista, nas quais o indivíduo deve se ajustar à sociedade de mercado que funciona perfeitamente e se autorregula. As desigualdades e as expressões da vida cotidiana, como refletido, vem da reprodução das mesmas, causadas pelo capitalismo. O resultado disso, é uma sociedade enfraquecida e desamparada, sem oportunidades e dignidade para todos. As expressões da questão social estão presentes na sociedade em forma de difícil, violação ou nulo acesso aos direitos, desemprego, fome e/ou insegurança alimentar, precário acesso à saúde e a educação, habitação e moradia indignas, entre muitas outras.

O retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens (...) cresceu a disparidade entre o rendimento de 40% das famílias mais pobres e o rendimento das 10% famílias mais ricas (Iamamoto, 2012, p.147)

Muito embora possamos considerar que a vulnerabilidade se instale, em maior grau, nas populações pobres, nas sociedades capitalistas contemporâneas, em que as relações sociais se desenvolvem por modos marcadamente complexos, a questão econômica é relevante, porém não determinante. Devido ao precário acesso à renda, os sujeitos ficam privados ou acessam com mais dificuldade os meios de superação das vulnerabilidades vivenciadas, sejam tais meios materiais ou capacidades impalpáveis, como a autonomia, a liberdade, o autorrespeito. É nesse sentido que se torna possível associar a vulnerabilidade à precariedade no acesso à garantia de direitos e proteção social, caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade (Carmo e Guizardi, 2018).

Para as autoras, ainda, indivíduos vulneráveis são aqueles que não obrigatoriamente sofreram algum tipo de dano, mas encontram-se mais suscetíveis a eles, pois estão em condição de desvantagem para a mobilidade social, o que dificulta alcançarem patamares mais elevados de vida

e cidadania. Para as autoras, esses indivíduos precisam ser apoiados para a criação das condições necessárias para saírem dessa situação.

Para, Monteiro (2011, p. 33) são múltiplos os condicionantes da vulnerabilidade social

[...] constituindo um conjunto complexo e multifacetado de fatores emergentes do contexto, devido à ausência ou precarização de recursos materiais capazes de garantir a sobrevivência (variáveis de exclusão social que impedem que grande parte da população satisfaça suas necessidades) [...]

Em relação ao risco social, já que andam juntos, o risco e a vulnerabilidade, de acordo com Hüning (2003 apud Monteiro, 2011), a situação de risco concentra-se no indivíduo. Assim, possui um caráter subjetivo, o que a naturaliza e legitima. Carmo e Guizardi (2018, documento on-line) apontam que:

[...] as imbricações entre os conceitos de risco e vulnerabilidade no campo da assistência social levam a concepções que tomam desde a dimensão mais individual do primeiro sobre o segundo, passando pela assunção daquele como a condição da frágil sociedade contemporânea e deste como a condição dos indivíduos inseridos nesta sociedade, culminando por atrelar a situação de vulnerabilidade dos sujeitos a um certo risco.

A Política de Assistência Social (Brasil, 2005), ao definir seus usuários, estabelece que são os indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, são: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Na instituição onde fui estagiária, as expressões da questão social se manifestaram de diversas maneiras, onde os usuários ingressaram na instituição a partir dos requisitos estabelecidos pela PNAS e todas as famílias eram cadastradas no cadastro único. Sobre o perfil dos usuários, podemos destacar:

- Usuários provenientes de famílias beneficiadas por programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a pessoas com deficiência ou idosos acima de 65 anos;
- Usuários em situação de insegurança alimentar;
- Usuários provenientes de família sem emprego ou no trabalho informal;
- Usuários em situação de violência intrafamiliar e do território de moradia violento;
- Usuários em situação de negligência ou abandono;
- Usuários em situação de exploração ou abuso sexual;
- Usuários em situação de trabalho infantil.

A instituição também acolhia os usuários, cujas famílias, que não tinham alternativas no momento de sair para trabalhar ou realizarem as atividades do cotidiano, deixavam as crianças e adolescentes na instituição, no turno inverso ao da escola.

3.3 A contribuição da escola na abordagem do tema

O papel da escola é fundamental por se tratar de um espaço de convivência, onde os indivíduos se reconhecem e se relacionam. Depois da família, que é a nossa base de sociedade, local onde nos constituímos como pessoa, a escola é onde saímos da perspectiva somente da família e encontramos outros sujeitos e trocamos experiências. Com base nisso, a comunidade escolar envolvendo professores, alunos, diretores e inclusive pais e responsáveis, têm uma importante contribuição para a efetivação da educação sexual.

Infelizmente, isso não ocorre na grande maioria dos cenários e instituições. A desinformação sobre o tema pode ser indicada como um dos elementos que fazem com que a abordagem não ocorra, onde representantes de instituições, membros do corpo docente, pais e responsáveis não querem que o assunto seja abordado devido à crença que o tema se refere a estimular ou incentivar as crianças e adolescentes a terem relações sexuais e iniciarem suas vidas sexuais precocemente, um tabu que precisa ser erradicado.

No âmbito escolar, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica e a Base Nacional Comum Curricular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi publicada em 1996 e não define parâmetros para a educação sexual. O Ministério da Educação ainda afirma que as redes estaduais e municipais têm autonomia para definir quais e como os temas devem ser apresentados aos estudantes.

No que se refere à formação dos adolescentes, os educadores, os profissionais de saúde e os pais, participantes desse processo, frequentemente não têm consciência ou sensibilidade quanto ao problema desse grupo populacional, seja devido à falta de informação, seja pelo tabu social, ainda vigente, de discutir temas ligados à sexualidade. Isto priva o adolescente do direito de escolha com base em informações contextualizadas em relação à sua realidade sociocultural. (Souza Neto, et al, 2012).

Ressalta-se a relevância do desenvolvimento de práticas de cuidado voltadas à saúde integral da adolescência, com destaque às ações educativas vinculadas à sexualidade (Vieira, Matsukura, 2017). As intervenções nessa área devem considerar as peculiaridades dos problemas dos adolescentes e respeitar suas individualidades, observando também o fato de sermos um país de dimensões continentais, de muitas culturas e notória desigualdade social. (Souza Neto, et al, 2012).

Destaca-se que as práticas de educação sexual podem promover o diálogo, a troca de experiências e informações, maior autonomia quanto ao exercício da sexualidade, como podem

contribuir positivamente com a saúde integral dos adolescentes e favorecer a redução de possíveis consequências indesejáveis advindas das vivências sexuais (Alencar *et al.*, 2008).

3.4 Os direitos dos adolescentes

Adolescentes e jovens são pessoas livres e autônomas, que têm direito a receber educação sexual e reprodutiva e a ter acesso às ações e serviços de saúde que os auxiliem a lidar com a sexualidade de forma positiva e responsável e os incentivem a adotar comportamentos de prevenção e de cuidado pessoal. (Brasil, 2013).

A Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza que a educação sexual está relacionada à promoção de direitos humanos, sendo direitos infanto-juvenis: o acesso à informação, educação, lazer, cultura, saúde, entre outros. Com isso, a ONU contribui com o debate sobre educação sexual, apoiando a inserção desta temática nos currículos escolares. Conforme o parecer da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO³ (2013, p. 7):

[...] a educação em sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos. Portanto, torna-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana.

No que diz respeito aos direitos de crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) assegura, no Art. 3º, que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral garantida pela Lei. Além disso, garante que a criança e o adolescente tenham acesso a todas as oportunidades e facilidades necessárias para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, sempre em condições de liberdade e dignidade e no Art. 4º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Entretanto, não há menção específica sobre educação sexual, saúde sexual e reprodutiva para todas as crianças e adolescentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), exceto para aqueles que estão no Sistema de Atendimento Socioeducativo. De acordo com o Art. 60 do ECA (Brasil, 1990), a atenção integral à saúde do adolescente nesse sistema deve seguir várias diretrizes, incluindo a disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva, bem como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

O conhecimento sobre doenças e sua prevenção, métodos contraceptivos, empoderamento e direitos sexuais e reprodutivos, além de autoconhecimento sobre as transformações corpóreas fisiológicas e psicológicas que ocorrem na fase da adolescência, formulado pela reflexão crítica e com acesso à discussão com conhecimentos embasados, tem um grande poder para evitar futuras situações de risco (Saito, Leal, 2000).

Podemos também associar aos direitos à saúde do adolescente o acesso às vacinas apropriadas a cada faixa etária, a privacidade com o profissional da saúde em uma consulta médica ou um atendimento no ambulatório, visitas e conhecimento a respeito do hebiatra, médico especializado na saúde dos adolescentes, que serve como uma fonte de informação segura e fortalecimento da relação com os pacientes adolescentes para que possam tratar de assuntos pertinentes à sexualidade.

4. Resultados e discussão

Abaixo são apresentados os materiais obtidos na busca em banco de dados e que foram de interesse para a composição do artigo:

Quadro 1: Artigos selecionados para análise

Autores	Ano de publicação	Título do artigo
Alencar et al	2008	Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes
Michelly Eustáquia do Carmo Francini Lube Guizardi	2018	O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social
Carvalho et al	2012	Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves
Costa et al	2001	Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção
Higa et al	2015	A intersetorialidade como estratégia para promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes
Laredo et al	2017	Um olhar para o serviço de

		convivência e fortalecimento de vínculos junto a adolescentes
Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet Silvana Barros dos Santos Teixeira	2021	Educação sexual como instrumento de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: caminhos possíveis para as políticas públicas
Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro	2012	O marco conceitual da vulnerabilidade social
Ariana Maria Paz de Costa Moura	2022	Educação sexual como medida de prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: a experiência da Instituição Casa de Zebelê
Maria Ignez Saito Marta Miranda Leal	2000	Educação sexual na escola
Santos et al	2019	Relato de experiência: construção e desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) sob a perspectiva da sexualidade na adolescência
Sousa Neto, et al	2012	Programa de educação pelo trabalho para a saúde nas escolas: oficina sobre sexualidade
Priscila Mugnai Vieira Thelma Simões Matsukura	2017	Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública

Fonte: elaborado pelos autores

Após a análise de materiais e vivências no campo de estágio, podemos concluir que faltam materiais que reforcem a importância da educação sexual no serviço de convivência.

Os materiais giram em torno do âmbito escolar, como os autores Saito, Leal, Santos, Souza Neto, Matsukura e Vieira trouxeram e como os professores abordam essa temática através de oficinas e seminários, junto com a contribuição do Programa Saúde na Escola. Outros autores trazem a respeito da sexualidade na adolescência, como Alencar e Costa, que discutem a

importância da educação sexual para promover a saúde e prevenção. Maniaudet, Teixeira, Higa e Carvalho abordam a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos desses jovens e como a educação e saúde podem somar-se para a garantia dos mesmos. As autoras Maniaudet e Teixeira também trazem o tabu da educação sexual como empecilho para a abordagem livre e completa sobre o tema, como o conservadorismo, religião, família e sociedade sendo responsáveis pelo não tratamento do assunto. Sobre a vulnerabilidade social apresentada como um fator que impede os usuários acessarem a educação sexual, as autoras Carmo, Guizardi e Monteiro apresentam os fatores responsáveis e as facetas da vulnerabilidade, além da definição de indivíduos vulneráveis. Sobre o SCFV, apenas Moura e Laredo tratam a respeito da sexualidade junto aos adolescentes frequentadores, como as demandas dos adolescentes sobre essa temática e usá-la como ferramenta de prevenção.

No campo de estágio, apenas uma das educadoras que era referência do “grupo D”, onde participavam adolescentes de 11 a 13 anos, trazia essa abordagem esporadicamente aos seus usuários, se guiando através de um livro, como dito anteriormente. A instituição deveria seguir o exemplo da educadora e tornar essa discussão ampla para os demais adolescentes frequentadores do serviço, como foi tentado executar, incluindo a faixa etária de 12 a 17 anos a fim de levar informação correta e orientação de qualidade, tentando promover a autonomia e cidadania.

A educação sexual poderia atuar no enfrentamento à violência e exploração sexual, o assunto mais abordado e discutido a respeito do tema e já temos políticas para isso, como O CRAI (Centro de Referência Infanto-Juvenil) e o CEEVSCA (O Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes), no entanto, vai mais além. Estamos falando de prevenir outras situações de risco, como gravidez precoce, contração de DSTs, planejamento familiar, que contribui ainda para a não reprodução da vulnerabilidade e das expressões da questão social, assuntos relacionados à orientação sexual, autoconhecimento que leva ao respeito próprio, aceitação e valorização dos sujeitos e com as demais pessoas, contribuindo inclusive para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e mais inclusiva, criar consciência sobre nossos corpos, nossas identidades, nossos sentimentos e emoções, como sujeito autônomos e pertencentes à uma sociedade, como nos constituímos enquanto seres humanos.

Ainda que em nosso país (Ministério da Saúde, 2006), as políticas dos direitos humanos garantam a vivência plena da sexualidade independente do quesito etário, devemos problematizar que, na prática, crianças e nem mesmo adolescentes são efetivamente contemplados por estes direitos, em especial porque há uma incompreensão compartilhada socialmente que associa direitos sexuais à violação sexual. Ou seja, compreendem-se os direitos sexuais como sinônimo de combate ao abuso, exploração e violência sexual, algo a ser erradicado do universo infanto-juvenil, e perde-se a dimensão do que deve ser afirmado, dos sentidos e desdobramentos que oxigenam o

encontro sexual, das tensões e negociações entre corpos e trocas subjetivas. Não obstante, convém destacar que o nicho que trata das violações se faz necessário, visto que não há uma relação saudável com a sexualidade quando os limites do outro atravessam e silenciam o nosso próprio; entretanto, ressaltamos a importância de que mais elementos façam parte efetivamente da garantia dos direitos sexuais.

5. Conclusão

Este artigo teve como objetivo compreender a importância da educação sexual no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que recebe usuários adolescentes. Procura destacar através da abordagem social, estratégias de abordagem de diversas situações de risco, levando em consideração que são adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, onde a informação é precária.

Foi possível notar a falta de materiais que abordam a educação sexual nos Serviços de Convivência, onde só é mencionada, em sua maioria, a importância nos contextos escolares e como se dá sua abordagem.

A educação sexual no serviço de convivência pode contribuir para uma diminuição dos serviços da proteção social especial, onde as equipes das instituições, devem incluir cada vez mais essa temática em sua organização e planejamento das atividades, ofertando aos adolescentes usuários rodas de conversa, oficinas, seminários e outros meios de abordar a educação sexual a eles, promovendo a informação de qualidade, cidadania, autonomia e garantindo ainda, que seus direitos sejam de fato cumpridos e visando executar a proteção social básica de maneira integral

Podemos destacar três pontos altos no desenvolvimento deste trabalho e com eles, refletir o ciclo de um sistema. Podemos começar com a revisão dos direitos dos adolescentes, enquanto o ECA e a ONU asseguram esses direitos, há as expressões da questão social como anuladora ou dificultadora para que esses direitos sejam executados. E no outro lado, para combatê-las, existe o(a) assistente social, que trabalha no enfrentamento delas, visando a garantia de direitos aos usuários.

Referências

ALENCAR, R. A.; Silva, L.; Silva, F. A.; Diniz, R. E. S. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciência e Educação**, Bauru: UNESP, v. 14, n. 1, p. 159-168, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/11a43dc1-9cb6-47b3-b916-fda2dc93c437/content> . Acesso em: 03 de novembro de 2024.

BOTELHO, Louise de Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. The interactive review method in organizational studies. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 06 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Caderno de orientações metodológicas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes do programa de erradicação de trabalho infantil. 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cartilha_PAIF_1605.pdf. Acesso em: 10 de Outubro de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Consolidação SUAS. Brasília (DF), 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social Brasília (DF): CNAS, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 06 de outubro de 2024.

BRASIL. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Perguntas Frequentes. Ministério da Cidadania. 2017. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/10/perguntas-frequentes-scfv-1.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 de outubro de 2024.

CARVALHO, C. DE S. et al.. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. **Psicologia Clínica**, v. 24, n. 1, p. 69–88, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/BjNb943HwwyXyPB6Vc9rwph/?lang=pt#>. Acesso em: 08 de outubro de 2024.

Código de Ética do/a Assistente Social, 10ª edição. CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

COSTA, M. C. O. Lopes, C. P. A.; Souza, R. P.; Patel, B. N. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, n. 77 (supl. 2), p. 217-224, 2001. Disponível em: <<https://www.jped.com.br/pt-pdf-X2255553601029500>>. Acesso em: 01 de novembro de 2024.

Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. BRASIL, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculo> Acesso em: 20 de outubro de 2024.

Estatuto da Criança e do Adolescente. BRASIL, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 01 de novembro de 2024.

HIGA, Elza de Fátima Ribeiro et al. A intersetorialidade como estratégia para promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. 2015, v. 19, suppl 1 [Acessado 20 Novembro 2024] , pp. 879-891. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0751>>. Epub Ago 2015. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.075>. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

Hoje é Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Assistentes sociais defendem a efetiva aplicação e cumprimento do ECA. Conselho Federal de Serviço Social. BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2000>. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10 Ed. São Paulo: Cortez, 2006. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

LAREDO, Lisa; SCATENA, Liliana; CARLOS, Diene Monique; CAMPEIZ, Ana Beatriz; FREITAS, Luiza Araujo; MARTINS, José Euripedes; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. Um olhar para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos junto a adolescentes. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 109–127, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/80>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

LORENCINI JÚNIOR, Álvaro. Os Sentidos da Sexualidade; natureza, cultura e educação. In: AQUINO: Júlio Groppa (org.) **Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

MANIAUDET Sylvia Nikitskaja Barragat, et al. **EDUCAÇÃO SEXUAL COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: caminhos possíveis para as políticas públicas**. **X Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2021. Disponível em:

https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_938_938612d464da77ab.pdf Acesso em: 21 de outubro de 2024.

Ministério da Saúde. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde (Departamento de Ações Programáticas Estratégicas). 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/BjNb943HwwyXyPB6Vc9rwph/>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

Ministério da Saúde. Saúde Sexual e Reprodutiva. Cadernos de Atenção Básica, nº 26. 1ª edição – Brasília, DF. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

MONTEIRO, S. R. da R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 29-40, 2012. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

MOURA, Ariana Maria Paz de Costa. **EDUCAÇÃO SEXUAL COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**: a experiência da Instituição Casa de Zabelê. Universidade de Brasília. Brasília, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31994/1/2022_ArianaMariaPazDeCostaMoura_tcc.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

QUESTÃO social e capitalismo. Canoas: Universidade La Salle EAD, 2020. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

ROTHER, E. T.. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. v-vi, abr. 2007; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

SAITO. M. I.; Leal, M. M. Educação sexual na escola. **Pediatria**. 2000, 22(1): 44-48. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-279804> . Acesso em: 02 de novembro de 2024.

SANTOS, A. C. D. et al.. Relato de Experiência: Construção e Desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) sob a Perspectiva da Sexualidade na Adolescência. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 4, p. 193–199, out. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/rrMFN7FbPMF9JP93XGQMgVy/?lang=pt#>. Acesso em: 24 de outubro de 2024.

SOUSA NETO, A. et al.. Programa de educação pelo trabalho para a saúde nas escolas: oficina sobre sexualidade. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, n. 1, p. 86–91, jan. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/QRB5S7vZWmJWVGWTSJ9MBw/?lang=pt#>. Acesso em: 25 de outubro de 2024.

SUPLICY, Marta. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'Água, 1998. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

UNESCO. **Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_938_938612d464da77ab.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2024.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S.. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 453–474, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/LVjDxGRKtkZTwX4kSNzmQ8v/?lang=pt#>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.